



Empresa de Planejamento e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 marcou o segundo ano completo de gestão desta Diretoria Executiva na Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que conduzimos com o máximo compromisso, transparência e responsabilidade com os recursos públicos investidos, transformando-os em projetos que geram para o país investimentos, empregos, segurança viária, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico.

Assim, iniciamos o ano seguindo fielmente o novo planejamento estratégico, com foco em duas frentes: o fortalecimento institucional da Companhia e o cumprimento da missão de planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do país.

Nessa perspectiva, investimos em desenvolvimento de sistemas e processos, no reforço da cultura organizacional, no *compliance* e na capacitação dos colaboradores, por acreditarmos no papel de cada um como multiplicador de boas práticas e difusor dos valores da nossa instituição.

Deste modo, e almejando o compartilhamento de conhecimentos, firmamos parcerias exitosas com outras instituições, que têm viabilizado a ampliação de nossa capacidade produtiva e o desenvolvimento de projetos inovadores.

Aplicando nossa estratégia, logramos êxito no atendimento das demandas de nossos clientes, especialmente o Ministério da Infraestrutura, a quem apoiamos em mais de 75% (setenta e cinco por cento) dos projetos que compõem o programa de concessões da Pasta. Só em 2021 estudamos mais 14 terminais portuários espalhados por todo o Brasil, além de entregar diversas estruturações de outros modais, como da BR-116/493/RJ/MG (CRT), BR-163/230/PA/MT, BR-381/262/MG/ES e Rodovias Integradas do Paraná.

Nossos projetos resultaram em leilões bem-sucedidos, dos quais destacam-se, pelo maior impacto para a sociedade, o da rodovia Presidente Dutra e o arrendamento do terminal STS08A do Porto de Santos -SP.

Em planejamento de transportes, nossa expertise já é comprovada e reconhecida no mercado, sendo reforçada nesse ano pela entrega do Plano Nacional de Logística – 2035, instrumento que oferece ao Governo Federal informações estratégicas para que os investimentos sejam realizados em projetos que vão gerar emprego, renda e desenvolvimento econômico.

A repercussão desse trabalho é tão expressiva que Estados e Municípios têm demandado o desenvolvimento de planos nos mesmos moldes para suas regiões, o que vai ao encontro da nossa estratégia de ampliação do portfólio e cumprimento da nossa missão de planejar a logística e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

Ponto que merece destaque, ainda, é o avanço expressivo na captação de receitas próprias. Para tanto, firmamos contratos com o Estado do Mato Grosso do Sul e com a Administração dos Portos de Paranaguá, marcos inéditos para a Companhia e que demonstram que a EPL continua trabalhando em sua meta de ampliar a prestação de serviços à sociedade, auferindo receitas para sustentar seu crescimento.

A solidez proporcionada por esses resultados, mesmo diante das dificuldades impostas pela continuidade da pandemia da covid-19, nos fortaleceu e nos dão a convicção que estamos prontos para assumir novos desafios e a produzir ainda mais para nossos clientes e, principalmente, à sociedade, transformando-a positivamente.

Receitas e Despesas

Em 2021, a EPL apresentou considerável evolução em seu resultado, comparado ao mesmo período de 2020. Os estudos elaborados permitiram uma arrecadação de receita própria em montante igual a R\$ 19.433.231 (dezenove milhões, quatrocentos e trinta e três mil duzentos e trinta e um reais), sendo R\$ 5.579.736 (cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil setecentos e trinta e seis reais) relacionados à prestação de serviços técnicos e R\$ 13.853.495 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais) a ressarcimentos de licenças ambientais.

Dessa forma, enquanto no exercício anterior a Companhia havia apurado prejuízo de R\$ 7.330.302 (sete milhões, trezentos e trinta mil e trezentos e dois reais), em 2021 apurou o melhor resultado desde a sua criação, um lucro no valor de R\$ 8.928.594 (oito milhões, novecentos e vinte e oito mil e quinhentos e noventa e quatro reais), mesmo com a apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização, provisões e os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel para a sede da Empresa.

A EPL é uma empresa estatal em que a União é detentora de 100% das ações. Assim, os recursos obtidos pela prestação de seus serviços são considerados receitas próprias podendo ser utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e financiar despesas de custeio, desde que haja autorização do acionista por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Atualmente, o montante de recursos próprios da empresa corresponde a R\$ 43.985.714 (quarenta e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e setecentos e quatorze reais) e estão aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do Bacen nº 3.284/2005.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.711.164	27.554.822	Obrigações com pessoal	16	4.604.636	4.718.246
Créditos a receber	5	346.975	-	Tributos Retidos na Fonte	17	125.121	480.726
Acordo de Parceria	6	15.201.462	3.227.225	Fornecedores	18	457.481	56.180
Tributos a recuperar	7	253.065	556.985	Tributos a recolher	19	428.276	3.090
Adiantamento a empregados	8	322.111	241.582	Termo de Execução Descentralizada	6	15.201.462	3.227.225
Estoques	9	75.262	79.614	Arrendamento mercantil	20	2.448.406	2.028.278
Despesas antecipadas	10	964.715	584.299				
Total Circulante		62.874.754	32.244.527	Total Circulante		23.265.382	10.513.745
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	21	2.856.289	3.023.115
Créditos a receber	11	-	12.706.426	Arrendamento mercantil	20	4.739.909	6.743.520
Depósitos recursais/judiciais	12	664.470	587.958	Total Não Circulante		7.596.198	9.766.635
Adiantamento para acordos e termos	13	-	764.561	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	14	8.432.857	10.215.220	Capital Social	22	139.925.013	113.397.250
Intangível	15	100.732.565	67.194.855	Prejuízo Acumulado	23	(27.563.252)	(36.491.846)
Total Não Circulante		109.829.892	91.469.020	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24	29.481.305	26.527.763
TOTAL DO ATIVO		172.704.646	123.713.547	Total do Patrimônio Líquido		141.843.066	103.433.167
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.704.646	123.713.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/12/2021</u>	<u>01/01 a 31/12/2020</u>
Receita Líquida		4.913.475	1.447.479
Custo do Serviço Prestado		(4.038.768)	(698.977)
Resultado Bruto	25	874.707	748.502
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	26	(28.386.527)	(33.007.741)
Serviços de Terceiros	27	(8.567.338)	(6.197.695)
Depreciação e Amortização	28	(3.229.073)	(4.856.124)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	29	(628.296)	(2.546.303)
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	30	49.121.385	38.673.874
Total das Receitas e Despesas Operacionais		8.310.151	(7.933.989)
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		3.671.094	1.430.280
Despesa Financeira		(2.066.019)	(1.435.802)
Total do Resultado Financeiro	31	1.605.075	(5.522)
Resultado Operacional Líquido		10.789.933	(7.191.009)
Outras Receitas e Despesas:			
Outras Receitas		11.261.332	4.444.351
Outras Despesas		(10.280.207)	(4.583.644)
Total de Outras Receitas e Despesas:	32	981.125	(139.293)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		11.771.058	(7.330.302)
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		(2.070.063)	-
Contribuição Social		(772.401)	-
Total dos Tributos sobre o Lucro	33	(2.842.464)	-
Resultado Líquido do Período	34	8.928.594	(7.330.302)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	98.701.677	14.695.573	(29.161.544)	84.235.706
Integralização do Capital	14.695.573	(14.695.573)	-	-
AFAC	-	26.527.763	-	26.527.763
Resultado do Exercício 2020	-	-	(7.330.302)	(7.330.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Integralização do Capital	26.527.763	(26.527.763)	-	-
AFAC	-	29.481.305	-	29.481.305
Resultado do Exercício 2021	-	-	8.928.594	8.928.594
Saldo em 31 de dezembro de 2021	139.925.013	29.481.305	(27.563.252)	141.843.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	30	49.121.385	38.673.873
Termo de Execução Descentralizada	35	11.974.237	3.227.225
Receita de Prestação de Serviços	36	4.964.185	1.547.900
Ressarcimento de estudos e projetos	36	13.853.495	4.766.596
Receita Aplicação Financeira	36	861.902	855.344
Receita Eventual (multas aplicadas)		4.597	63.563
Recebimento depósito judicial		-	2.163
Devolução de diárias		8.973	16.155
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(33.041.073)	(32.550.421)
Fornecedores		(12.957.582)	(11.106.476)
Acordo de Cooperação Técnica	35	(11.974.237)	(3.780.394)
Depósito Recursal/Judicial		(76.512)	(75.866)
Despesas Tributárias	37	(3.262.033)	(535.072)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	36	19.477.337	1.104.590
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado		(1.320.995)	(27.200)
Aquisição Intangível		(15.446.240)	(13.616.913)
Acordo de Parceria		(14.035.065)	(13.110.984)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	38	(30.802.300)	(26.755.097)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital		29.481.305	26.527.763
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento:	38	29.481.305	26.527.763
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		18.156.342	877.256
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		27.554.822	26.677.566
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		45.711.164	27.554.822
		18.156.342	877.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado do exercício	8.928.594	(7.330.302)
Outros valores abrangentes	54.365	184.411
Resultado abrangente do exercício	8.982.959	(7.145.891)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2021

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social, e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, entre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes e Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo, que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores) e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia e de diagnósticos logísticos e portuários.

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa. As medidas de precaução adotadas mantiveram baixa a taxa de infecção por COVID-19 de seus colaboradores no período.

No ano de 2021 houve obtenção de receitas relacionadas a processos licitatórios e contratos celebrados, mas não se descarta, mesmo com impacto menor, a possibilidade de adiamentos de leilões de arrendamento e/ou concessões que podem ocorrer devido à pandemia.

Cumprir destacar que, em relação aos contratos celebrados, a EPL iniciou os trabalhos de prestação de serviços à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e ao Governo do Mato Grosso do Sul, cujos contratos foram firmados entre o final do ano 2020 e início de 2021, faturando neste exercício o montante de R\$ 1,3 milhões. No caso da APPA, o objeto é prestar serviços de atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ's dos portos organizados de Paranaguá e Antonina, no valor total de R\$ 2,8 milhões. Em relação ao Governo, para realizar Diagnóstico Logístico para o Estado do Mato Grosso do Sul, no montante de R\$ 2,1 milhões.

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimentos realizados pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, a EPL utilizou recursos advindos de receitas próprias para aquisição de bens integrantes de seu ativo imobilizado.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das demonstrações financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações financeiras fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Essas informações foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que sofreram alterações em comparação a 31 de dezembro de 2020 foram retratadas integralmente na Nota Explicativa 2.3.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Reclassificações

Para melhor apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa foram realizadas as seguintes reclassificações:

Demonstração do Fluxo de Caixa	2020 publicado	Reclassificação	2020 ajustado
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	38.673.873	-	38.673.873
Termo de Execução Descentralizada	3.227.225	-	3.227.225
Receita de Prestação de Serviços	1.547.900	-	1.547.900
Ressarcimento de estudos e projetos	4.766.596	-	4.766.596
Receita Aplicação Financeira	855.344	-	855.344
Receita Eventual (multas aplicadas)	63.563	-	63.563
Recebimento depósito judicial	2.163	-	2.163
Devolução de diárias	16.155	-	16.155
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	(32.550.421)	-	(32.550.421)
Fornecedores	(11.038.058)	(68.418)	(11.106.476)
Acordo de Cooperação Técnica	(3.780.394)	-	(3.780.394)
Depósito Recursal/Judicial	(75.866)	-	(75.866)
Despesas Tributárias	(535.072)	-	(535.072)
Diárias	(65.158)	65.158	-
Almoxarifado e outros pequenos valores	(3.260)	3.260	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	1.104.590	-	1.104.590
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(26.755.097)	-	(26.755.097)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	26.527.763	-	26.527.763
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa	877.256	-	877.256

Destacamos que não ocorreram reclassificações ou quaisquer efeitos nas demais demonstrações financeiras anteriormente apresentadas pela Companhia.

2.4. Adoção CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem, deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O passivo de arrendamento deve ser reavaliado na ocorrência de determinados eventos, tais como renovação do contrato e alterações de índices ou taxas utilizadas para o cálculo do valor presente do arrendamento. Via de regra, o valor da revisão do passivo de arrendamento será reconhecido em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Em 31 de dezembro de 2020, a EPL reconheceu a aplicação do CPC 06 (R2) sobre o contrato de aluguel referente ao seu imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo contratual e supressão do valor mensal devido foi firmado por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco no qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Neste caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;
- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR) quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Recurso Aplicado	33.073.581	10.352.226
Rendimento	10.912.133	10.170.588
Aplicação Financeira	43.985.714	20.522.814
310 - Pagamento de Pessoal	1.584.086	1.605.354
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	99.903	5.396.729
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	41.461	29.925
Tesouro Limite de Saque	1.725.450	7.032.008
Total Caixa e equivalentes de caixa	45.711.164	27.554.822

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes. Em janeiro de 2021 foram aplicados os recursos arrecadados no segundo semestre de 2020, no valor de R\$ 4.796.086,60 (quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil oitenta e seis reais

e sessenta centavos). Ademais, em meses subsequentes, foram aplicados R\$ 18.743.986 (dezoito milhões, setecentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais) de recursos provenientes basicamente da prestação de serviços de estudos portuários, diagnósticos logísticos e ressarcimentos de estudos ambientais.

Estes recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução do Bacen nº 3.284/2005 e sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Em 2021 foram utilizados R\$ 1.320.995,00 (um milhão, trezentos e vinte mil e novecentos e noventa e cinco reais) de recursos próprios para aquisição de bens para o ativo imobilizado, tais como notebooks e workstations. A movimentação financeira da aplicação está demonstrada a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2020	Aplicação	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Resgate	Saldo em 31/12/2021
Caixa Econômica Federal	20.522.814	23.540.073	861.902	(120.356)	(818.719)	43.985.714
Total	20.522.814	23.540.073	861.902	(120.356)	(818.719)	43.985.714

Já o valor registrado a título de limite de saque, trata-se do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamentos divididas nas categorias apresentadas.

5. Créditos a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Tergran Terminais de Grãos de Fortaleza	207.234	-
APPA Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina	139.741	-
Total Ativo Circulante	346.975	-

Valores a receber referentes aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da área Portuária localizada na Poligonal do Porto de Fortaleza-CE - MUC01, bem como à prestação de serviço de planejamento e diagnóstico logístico portuário, respectivamente. Referidos montantes foram recebidos no início de janeiro de 2022.

6. Acordo de Parceria e Termo de Execução Descentralizada (TED)

	Vigência	31/12/2021	31/12/2020
Acordo de Parceria PNUD	(a)	15.201.462	3.227.225
Total Ativo		15.201.462	3.227.225
TED nº 001/2020	11/2020 a 05/2022	3.941.906	3.227.225
TED nº 001/2021	07/2021 a 07/2022	3.067.037	-
TED nº 002/2021	07/2021 a 07/2023	4.160.644	-
TED nº VCP/2021	10/2021 a 10/2022	2.526.156	-
TED nº ASGA/2021	10/2021 a 10/2022	1.505.719	-
Total Passivo		15.201.462	3.227.225

(a) Conforme data limite da prestação de contas pela EPL.

Em 2020, a EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) e, em 2021, o montante de R\$ 11.974.236,81 (onze milhões, novecentos e setenta e quatro mil duzentos e trinta e seis reais e oitenta e um centavos) referente aos Termos de Execução Descentralizada nºs 01/2020; 01/2021; 02/2021; ASGA/2021 e VCP/2021, cedidos pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O objeto é a contratação de pessoa jurídica para apoio ao encerramento de concessões, avaliação independente do cumprimento de obrigações constantes em termos de licitação, bem como apoio especializado no acompanhamento de licitações. Referidos montantes foram aportados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os

trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Negativo IRPJ/ CSLL	253.065	-
INSS	-	344.077
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira	-	179.143
IRRF s/ Faturamento	-	20.259
CSLL s/ Faturamento	-	13.506
Total	253.065	556.985

O saldo atual de tributos a recuperar é composto pelo Saldo Negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente aos exercícios de 2019 e 2020.

O saldo referente à contribuição previdenciária pago a maior na competência de 12/2012 teve seu pedido de restituição deferido pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 04/02/2020 e foi utilizado para compensação do INSS devido sobre a folha de pagamento do mês de novembro de 2021, após orientações recebidas da RFB.

8. Adiantamento a Empregados

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de Férias	171.593	147.740
Adiantamento 13º Salário	80.864	79.177
Outros Valores	69.654	14.665
Total	322.111	241.582

Os adiantamentos de férias e 13º salário são concedidos em consonância com a legislação trabalhista. A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2021, e da segunda parcela em novembro/2021, conforme prazo estipulado pelo governo federal. O saldo remanescente refere-se a adiantamento de 13º salário por opção do colaborador quando do seu período de férias.

9. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado	75.262	79.614
Total	75.262	79.614

Estoques referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL no âmbito da infraestrutura física e administrativa, compostos, basicamente, por materiais de escritório e demonstrados pelo custo médio de aquisição.

10. Despesas Antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Assinaturas anuais	893.125	442.553
Seguros de Responsabilidade Civil	71.590	71.590
Condomínio	-	65.060
Outras Despesas Antecipadas	-	5.096
Total	964.715	584.299

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se as assinaturas de softwares como serviço com vigência de 12 meses, bem como serviços de manutenção de licenças perpétuas de softwares de modelagem de transportes.

11. Créditos a Receber

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionária BR 040 S/A (Via 040)	-	8.026.718
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A	-	4.679.708
Total Não Circulante	-	12.706.426

O valor a receber das empresas Concebra e Via 040 refere-se à transferência das licenças ambientais às concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG e da Rodovia BR-153/262/MG/GO por meio dos Contratos de Concessão dos Editais nº 004/2013 e nº 006/2013, firmados entre as referidas Concessionárias e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, poder concedente.

Todas as tratativas de cobrança administrativa foram esgotadas, tendo sido incluídos os respectivos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, bem como instaurado o procedimento de cobrança judicial.

Cumprido ressaltar que ambas as empresas manifestaram interesse em aderir à extinção amigável do contrato concessão e solicitaram a qualificação de seus empreendimentos junto ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para fins de relicitação dos trechos concedidos. Referida solicitação foi acatada pelo Governo Federal.

Considerando que as licenças ambientais são de utilidade para a relicitação, e tendo em vista que estas foram objeto de demanda específica do próprio Ministério da Infraestrutura, há a perspectiva de a EPL ser ressarcida pelos custos incorridos com a obtenção de tais licenças juntamente com os custos que estão ocorrendo pelos estudos técnicos que a EPL está realizando para a concessão, no âmbito da relicitação, dos trechos rodoviários atualmente cedidos à Concebra e à Via 040.

Dessa forma, em que pese a manifestação da PROJUR de que "as chances de perda nas demandas intentadas em face das concessionárias Via 040 e Concebra são consideradas possíveis" podendo, portanto, permanecer registrado no contas a receber; o montante foi reclassificado para o grupo "licença ambiental" do ativo intangível com intuito de demonstrar as expectativas de ressarcimentos futuros decorrentes dos projetos de relicitação em andamento.

Em caso de reembolso por parte das novas concessionárias, haverá perda do objeto das ações, motivo pelo qual a EPL deverá cessar toda e qualquer cobrança extrajudicial ou judicial dos valores em aberto em face das concessionárias Via 040 e Concebra.

12. Depósitos Recursais/Judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito Recursal	374.060	297.548
Depósito Judicial	290.410	290.410
Total	664.470	587.958

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. O montante registra-se no Ativo Realizável a Longo Prazo levando-se em consideração a manifestação da PROJUR de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

13. Adiantamento para Acordos e Termos

	31/12/2021	31/12/2020
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	-	764.561
Total	-	764.561

O valor repassado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por meio do Termo de Execução Descentralizado nº 01/2016, foi baixado pela apresentação da prestação de contas à EPL no mês de dezembro de 2021.

14. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação %	Depreciação Acumulada até 31/12/2020	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciação do Período	Saldo em 31/12/2021
Computadores e Periféricos	7.390.850	20%	(7.375.881)	14.969	1.320.995	(109.322)	1.226.642
Equipamentos Energia Elétrica	2.521.846	10%	(1.875.139)	646.707	-	(252.185)	394.522
Mobiliário em Geral	2.396.255	10%	(1.774.050)	622.205	-	(239.625)	382.580
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818	10%	(623.435)	585.383	-	(241.763)	343.620
Equipamentos de Telecomunicação	250.950	20%	(250.950)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	197.455	10%	(68.127)	129.328	-	(19.746)	109.582
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968	10%	(54.006)	22.962	-	(7.697)	15.265
Biblioteca	25.959	10%	(12.491)	13.468	-	(2.596)	10.872
Aparelhos	14.216	10%	(8.713)	5.503	-	(1.422)	4.081
Aparelho de Medição e Orientação	3.200	10%	(3.200)	-	-	-	-
Utensílio de Copa e Cozinha	6.151	10%	(2.209)	3.942	-	(615)	3.327
Total Bens Móveis	14.092.668		(12.048.201)	2.044.467	1.320.995	(874.971)	2.490.491
Direito de uso (a)	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(2.228.387)	5.942.366
Total Bens Imóveis	11.141.936		(2.971.183)	8.170.753	-	(2.228.387)	5.942.366
Total Imobilizado	25.234.604		(15.019.384)	10.215.220	1.320.995	(3.103.358)	8.432.857

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 20. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas –, seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como: mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, por depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo, o qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípua de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 31 de dezembro de 2021, representava apenas 1,45% (um vírgula quarenta e cinco por cento). Além disso, também é avaliado o preço de mercado e o saldo patrimonial dos bens adquiridos desde a data da avaliação realizada pela empresa MAKE.

15. Intangível

Contrato	Rodovia	Saldo em 31/12/2020	Investimentos no Período	Baixa / Amortização	Reclassificação	Saldo em 31/12/2021
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	25.636.557	14.035.065	-	-	39.671.622
12/2013 - STE	BR-116	6.502.864	-	-	-	6.502.864
05/2019 - MRS	EF-170	5.417.894	1.132.783	-	-	6.550.677
13/2017 - IFC	BR-153/080/414/TO/GO BR-116/101/SP/RJ (Dutra) BR-040/495/MG/RJ (Concer) BR-116/493/RJ/MG (CRT)	4.440.668	9.735.197	(888.973)	-	13.286.892
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	3.799.632	-	-	-	3.799.632
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	2.873.506	1.034.914	-	-	3.908.420
17/2015 - MRS	BR-364	2.655.207	-	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	-	2.606.158
03/2018 - Ecossistema	BR 040	770.556	-	-	-	770.556
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	-	839.872	-	-	839.872
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA BR-135/316/MA BR-163/MS	-	483.940	-	-	483.940
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262/DF/GO/MG BR-040/DF/GO/MG	-	970.441	-	-	970.441
16/2021 - SKILL	BR 158/MT - Trecho Norte e Sul	-	458.560	-	-	458.560
19/2021 - Hidrotopo	Portos Paranaguá e Antonina/PR	-	224.000	-	-	224.000
09/2021 - MRS	BR 158/MT - Contorno Leste	-	54.549	-	-	54.549
Estudos e Projetos em Andamento		54.703.042	28.969.321	(888.973)	-	82.783.390
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	4.117.150	-	(3.672.758)	-	444.392
31/2017 - MRS - LP nº 624/2020	BR-386/RS	3.412.570	631.259	(4.043.829)	-	-
04/2014 - MRS - LP nº 505/2015	BR153/262	-	-	-	4.679.708	4.679.708
13/2013 - STE - LP nº 519/2015	BR/040	-	-	-	8.026.718	8.026.718
15/2014 - PROSUL - LP nº 639/2020	BR-262/MG	2.957.063	-	-	-	2.957.063
Licença Ambiental		10.486.783	631.259	(7.716.587)	12.706.426	16.107.881
Licenças e Softwares T.I.		12.207.843	-	-	-	12.207.843
(-) Amortização - taxa 20%		(10.202.813)	3.240	(166.976)	-	(10.366.549)
Cessão de Uso de Programas de Informática		2.005.030	3.240	(166.976)	-	1.841.294
Total		67.194.855	29.603.820	(8.772.536)	12.706.426	100.732.565

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade e à elaboração de estudos e projetos vinculados ao objeto social da EPL.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda. Cumpre destacar que a entidade está avaliando a possibilidade de aplicação de outros pronunciamentos técnicos contábeis em relação ao registro de seus estudos e projetos.

Dentre os estudos, e buscando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população, destaca-se o valor de R\$ 39,6 milhões do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), é uma instituição financeira internacional com a qual o Brasil mantém parcerias e possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário, de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná, que serão delegadas à União. São aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente"), por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo possui por objeto a estruturação de projetos com vistas a ressarcimentos dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: "os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários".

Devido aos ressarcimentos obtidos no período, foram baixados como custo de alienação de ativo intangível o montante R\$ 8,6 milhões.

Em relação aos montantes reclassificados para o grupo de licença ambiental, as informações estão dispostas na nota explicativa nº 11 - Créditos a receber de longo prazo.

Em relação à taxa de amortização dos softwares, foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL, apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado, importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 31 de dezembro de 2021, os softwares representam apenas 1,1% (um vírgula um por cento) do total do ativo da EPL.

16. Obrigações com pessoal

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões de Férias e 13º Salário	2.524.374	2.659.815
Ordenados e Salários a Pagar	1.575.273	1.573.818
INSS/CPSS Patronal	451.919	426.116
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado/outros	53.070	58.497
Total	4.604.636	4.718.246

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

17. Tributos Retidos na Fonte

	31/12/2021	31/12/2020
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	93.893	456.218
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	31.228	24.508
Total	125.121	480.726

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento bem como sobre as aquisições de serviços de terceiros.

18. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Outros serviços	351.864	56.180
Estudos e Projetos	105.617	-
Total Passivo	457.481	56.180

Consistem em compromissos assumidos com fornecedores pela EPL, até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Fornecedores com saldo a pagar:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	326.732	-
MRS Estudos e Projetos	105.617	-
Outros fornecedores	25.132	56.180
Total	457.481	56.180

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa acerca do Intangível.

19. Tributos a Recolher

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	186.993	-
CSLL	88.669	-
COFINS	19.190	2.657
ISS	93.605	
PIS	39.819	433
Total	428.276	3.090

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referem-se ao apurado sobre o lucro do exercício de 2021. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) foram apurados sobre o faturamento e sobre as receitas de aplicação financeira do mês de dezembro/2021, em caso de PIS e COFINS.

20. Arrendamento Mercantil

A tabela abaixo apresenta os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, porém, o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

Fluxo de Pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Circulante	4.398.417
Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

Demonstra-se a seguir o passivo correspondente ao reconhecimento do arrendamento, à remensuração do passivo pela alteração de pagamentos futuros devido ao reajuste do valor do contrato realizado em 2021, bem como as movimentações do arrendamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial em 31/12/2019	-	-
Adoção inicial	11.141.936	11.141.936
Remensuração do passivo	496.242	
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)	(1.796.149)
Pagamentos referentes a 2021	(2.079.725)	-
Saldo Final em 31/12/2021	7.188.315	8.771.798
Circulante	2.448.406	2.028.278
Não Circulante	4.739.909	6.743.520
Total Passivo	7.188.315	8.771.798

O quadro a seguir apresenta as prestações não descontadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento das prestações		
2021	-	3.161.920
2022	3.351.635	3.161.920
2023	3.351.635	3.161.920
2024	2.234.425	2.107.947
Valores não descontados	8.937.695	11.593.707
(-) Juros embutidos	(1.749.380)	(2.821.909)
Total Passivo arrendamento	7.188.315	8.771.798

21. Provisões para Contingências

	31/12/2020		Ingresso		Baixa		31/12/2021	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.805.352	-	-	-	(166.826)	10	1.638.526
Provisões Cíveis	1	1.217.763	-	-	-	-	1	1.217.763
Total	11	3.023.115	-	-	-	(166.826)	11	2.856.289

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade como o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível, entendidas pela PROJUR como perda possível e não passíveis de registros contábeis, apenas de divulgação, nos termos do CPC 25. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	31/12/2021		31/12/2020	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Trabalhistas	5	792.180	8	1.382.685
Cíveis	4	48.412.149	3	48.362.149
Total		49.204.329		49.744.834

22. Capital Social

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Integralizado	139.925.013	113.397.250
Total	139.925.013	113.397.250

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu patrimônio é constituído

pela integralização inicial do capital, pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União aplicados no custeio de suas atividades, bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

A última integralização de capital social ocorreu na Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, de 20 de abril de 2021. Nesta data foram incorporados ao capital os recursos de AFAC disponibilizados no ano de 2020 no montante de R\$ 26.527.762,69 (vinte e seis milhões, quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

23. Prejuízo Acumulado

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo Acumulado	(27.563.252)	(36.491.846)
Total	(27.563.252)	(36.491.846)

O prejuízo acumulado pela EPL deve-se principalmente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

Destaca-se no período a redução do prejuízo acumulado em função da destinação do lucro obtido no exercício de 2021.

24. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2020	Ingresso	Integralização	Saldo em 31/12/2021
União	26.527.763	29.481.305	(26.527.763)	29.481.305
Total	26.527.763	29.481.305	(26.527.763)	29.481.305

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Em 20 de abril de 2021, a Assembleia Geral aprovou a incorporação ao capital social dos recursos de AFAC disponibilizados durante o exercício de 2020.

25. Resultado Bruto

	31/12/2021	31/12/2020
Estudos de viabilidade técnica	5.579.736	1.630.962
Tributos sobre faturamento		
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(424.060)	(123.953)
(-) Imposto Sobre Serviços (ISS)	(150.135)	(32.619)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(92.066)	(26.911)
Receita Líquida	4.913.475	1.447.479
(-) Custo do serviço prestado	(4.038.768)	(698.977)
Resultado Operacional Bruto	874.707	748.502

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL relativas a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), bem como a elaboração de Diagnósticos Logístico e Portuário.

Cabe destacar que, no âmbito dos contratos com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e com o Governo do Mato Grosso do Sul, a EPL faturou no exercício o montante de R\$ 1,3 milhões.

26. Pessoal e Encargos

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração pessoal	(19.954.847)	(22.939.030)
Encargos sobre Remunerações	(5.337.272)	(6.552.518)
Alimentação	(1.061.433)	(1.006.926)
Remuneração dirigentes	(974.690)	(1.213.960)
Auxílio Creche e Assistência Médica	(405.853)	(394.691)
Remuneração conselheiros	(391.409)	(406.626)
Capacitação	(261.023)	(493.990)
Total	(28.386.527)	(33.007.741)

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

27. Serviços de Terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços Técnicos	(4.534.814)	(3.102.599)
Serviços Administrativos	(2.576.015)	(2.145.951)
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	(851.079)	(863.572)
Estudos e Projetos	(605.430)	(85.573)
Total	(8.567.338)	(6.197.695)

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica "Serviços Técnicos" contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos. Em 2021, destaca-se o pagamento esporádico de suporte técnico de licenças perpétuas de softwares de modelagem de transportes nas escalas de macrossimulação e microssimulação - VISUM e VISSIM, bem como manutenção, aquisição e subscrição de licenças de software de Sistemas de Informações Geográficas (GIS - Geographic Information System).

A rubrica "Serviços Administrativos" abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom, energia elétrica e serviços continuados de Assistente Administrativo e de Secretária-Executiva.

Por fim, a rubrica "Estudos e Projetos" contempla serviços para viabilizar o programa nacional de concessões de infraestrutura de transportes que são entregues ao Ministério da Infraestrutura e providos pelos recursos de custeio da União.

28. Depreciação e Amortização

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	(2.228.387)	(2.228.387)
Depreciação de Bens Móveis	(836.951)	(758.809)
Amortização de Software	(163.735)	(1.868.928)
Total	(3.229.073)	(4.856.124)

Com a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso de bem imóvel e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento.

29. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Diárias e Passagens	(440.088)	(192.355)
Despesas Tributárias	(234.452)	(145.171)
Despesa com Material de Consumo	(120.582)	(61.835)
Reversão/constituição de Provisões	166.826	(1.978.135)
Efeito da apropriação do arrendamento mercantil de 2019	-	(168.807)
Total	(628.296)	(2.546.303)

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF incidente sobre a transferência de recursos financeiros referentes ao Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC.

30. Subvenções recebidas do Tesouro Nacional

	31/12/2021	31/12/2020
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	49.121.385	38.673.874
Total	49.121.385	38.673.874

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

Em 2020 a EPL recebeu menos recursos de subvenção basicamente pelo fato de não ter tido a necessidade de realizar pagamento de tributos sobre o lucro, devido ao prejuízo do período, bem como por ter realizado pagamento de despesas de custeio mediante utilização de recursos próprios no montante de R\$ 4.524.445,31 (quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

31. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Atualização Monetária Ressarcimentos	2.592.163	359.704
Rendimento de Aplicação Financeira	861.902	856.585
Outras Receitas Financeiras	31.210	213.991
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(1.641.675)	(1.365.771)
(-) Despesas Financeiras	(238.525)	(70.031)
Total	1.605.075	(5.522)

A atualização monetária aplica-se sobre os custos incorridos com a obtenção de estudos e licenças ambientais ressarcidas no período. As despesas financeiras decorrem basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras.

Apresenta-se em separado a despesa financeira procedente de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL, cuja adoção do CPC 06 (R2) ocorreu em 31/12/2020. Em 2021 houve a remensuração do passivo de arrendamento no montante de R\$ 496.241,55 (quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), devido ao reajuste do contrato de locação.

32. Outras Receitas e Despesas

	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de Licença Ambiental	11.261.332	4.427.603
Custo da Licença Ambiental	(10.280.207)	(4.030.475)
Acordo de Cooperação Técnica	-	(553.169)
Outros valores	-	16.748
Total	981.125	(139.293)

No período, a EPL obteve ressarcimento e remuneração pela realização de estudos e obtenção de licenças ambientais no âmbito dos Contratos de Concessões das Rodovias BR-101/290/386/448/RS e BR-153/414/080/TO/GO e, em 2020, no âmbito do Contrato de Concessão da Rodovia BR-364/365/MG/GO.

Na rubrica "Acordo de Cooperação Técnica" registrou-se em 2020 valor relacionado ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional nº 13/2013 firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

33. Tributos sobre o Lucro

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	(2.070.063)	-
Contribuição Social	(772.401)	-
Total	(2.842.464)	-

No período houve apuração de tributos sobre o lucro relativos ao IRPJ e à CSLL calculados com base no Lucro Real Anual.

34. Resultado Líquido do Período

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do período	8.928.594	(7.330.302)
Total	8.928.594	(7.330.302)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se precipuamente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões e, a partir de 2020, os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil sobre o contrato de locação do imóvel Sede da empresa, bem como da utilização de recursos próprios para pagamento de despesas de custeio. Porquanto, se tais despesas tivessem sido custeadas com recursos do Orçamento Geral da União, haveria o registro de receita de repasse no resultado no mesmo valor.

Em que pese os fatos expostos, a entidade logrou resultado positivo no exercício de 2021 tendo em vista as receitas próprias obtidas no período pela prestação de serviços técnicos e ressarcimentos de licenças ambientais.

Apresenta-se a seguir o comparativo entre o Resultado Patrimonial do Período e o impacto das despesas econômicas, bem como da aplicação de recursos próprios em despesas para suas operações:

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamento de despesas com recursos próprios	-	4.524.445
Efeito adoção CPC 06 (R2) - Arrendamentos	644.904	601.044
Depreciação bens móveis e Amortização	1.000.685	2.627.737
Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis	(166.826)	1.978.135
Total	1.478.763	9.731.361
Resultado do Período	8.928.594	(7.330.302)

35. Termo de Execução Descentralizada / Acordo de Cooperação Técnica

	31/12/2021	31/12/2020
Termo de Execução Descentralizada nº 001/2020	714.681	3.227.225
Termo de Execução Descentralizada nº 001/2021	3.067.037	-
Termo de Execução Descentralizada nº 002/2021	4.160.644	-
Termo de Execução Descentralizada nº VCP/2021	2.526.156	-
Termo de Execução Descentralizada nº ASGA/2021	1.505.719	-
Total Termo de Execução Descentralizada	11.974.237	3.227.225
Repasse de recurso oriundo da Lei Orçamentária	-	(553.169)
Repasse de recurso oriundo de Termo de Execução Descentralizada	(11.974.237)	(3.227.225)
Total Acordo de Cooperação Técnica PNUD	(11.974.237)	(3.780.394)

O valor refere-se à movimentação de fluxo de caixa correspondente aos Termos de Execução Descentralizada firmados com a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA), cujo objeto está apresentado na nota explicativa nº 06, foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL.

36. Atividades Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Prestação de Serviço	4.964.185	1.547.900
Receita de Ressarcimento	13.853.495	4.766.596
Receita de Aplicação Financeira	861.902	855.344
Total Receitas Próprias	19.679.582	7.169.840
Caixa Líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	19.477.337	1.104.590
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	101%	649%

Os recursos a título de receitas próprias, obtidos pela EPL, contribuem consideravelmente para a geração de caixa nas atividades operacionais da empresa.

37. Despesas Tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	(1.687.216)	(19.718)
CSLL	(694.224)	(9.921)
COFINS	(346.762)	(143.553)
ISS	(110.316)	(20.993)
PIS	(68.918)	(28.092)
Outras despesas tributárias	(354.597)	(312.795)
Saldo líquido	(3.262.033)	(535.072)

Os valores dos tributos pagos no exercício correspondem aos apurados sobre o lucro do período, no caso do IRPJ e da CSLL, e sobre os faturamentos, no caso do ISS, PIS e COFINS; além da incidência de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. As outras despesas tributárias referem-se, basicamente, a valores como IPTU e IRRF sobre aplicação financeira.

38. Atividades de Investimento e Financiamento

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação em Estudos e Projetos	(29.481.305)	(26.727.897)
Aquisição de imobilizado	(1.320.995)	(27.200)
Total Atividades de Investimento	(30.802.300)	(26.755.097)
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.481.305	26.527.763
Total Atividades de Financiamento	29.481.305	26.527.763

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL.

A aquisição de bens para o ativo imobilizado realizada em 2021 foi custeada pelos recursos próprios da EPL.

39. Informações adicionais ao fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de investimento		
Direito de uso		11.141.936
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	496.242	11.141.936

Em atendimento ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro acima apresenta as transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa. Trata-se do reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil referente a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS16, bem como a remensuração do passivo em função da alteração nos pagamentos futuros decorrentes do reajuste contratual realizado em 2021, sem efeitos sobre o fluxo de caixa.

40. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.102	121	242	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se ainda que, em caso de exoneração de diretor ou ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, há previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

41. Benefícios Concedidos

	31/12/2021	31/12/2020
Auxílio Creche	(83.049)	(87.252)
Auxílio Alimentação	(1.061.433)	(1.007.309)
Assistência Médica	(322.803)	(307.439)
Total	(1.467.285)	(1.402.000)

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no exercício de 2021 comparado ao de 2020.

42. Quadro comparativo

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06 de novembro de 2006, apresentamos a conciliação dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em 31/12/2021, com as respectivas descrições das diferenças:

	6.404/76	SIAFI	Diferença	Obs.:
ATIVO				
Caixa e equivalentes de Caixa	45.711.164	45.711.164	-	
Acordo de Parceria	15.201.462	11.974.237	3.227.225	(a)
Tributos a recuperar	253.065	2.826.516	(2.573.451)	(b)
Adiantamento a empregados	322.111	321.926	185	
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	
Clientes a receber	346.975	346.975	-	
Estoque	75.262	75.262	-	
Despesas antecipadas	964.714	964.714	-	
Adiantamento para acordos e termos	-	-	-	
Créditos a receber de longo prazo	-	12.706.426	(12.706.426)	(c)
Depósitos recursais/judiciais	664.471	664.471	-	
Imobilizado	8.432.857	2.490.491	5.942.366	(d)
Intangível	100.732.565	94.092.756	6.639.809	(d)
Total do Ativo	172.704.646	172.174.938	529.708	
PASSIVO				
Obrigações com pessoal, encargos e consignações	4.698.529	4.719.001	(20.472)	(e)
Fornecedores	457.481	1.864	455.617	(e)
Tributos a recolher	459.504	3.032.818	(2.573.314)	(b)
Termo de Execução Descentralizada	15.201.462	15.201.462	-	
Arrendamento mercantil Curto Prazo e Longo Prazo	7.188.314	7.422.745	(234.431)	(e)
Provisões para contingências	2.856.289	2.856.289	-	
Capital Social	139.925.013	139.925.013	-	
Crédito para Aumento de Capital	29.481.305	29.481.305	-	
Resultado de Exercícios anteriores	(36.491.847)	(38.836.289)	2.344.442	(f)
Resultado do Exercício	8.928.596	8.370.730	557.866	(g)
Total do Passivo	172.704.646	172.174.938	529.708	

Destacam-se no período as seguintes diferenças:

- Em 2020 a EPL recebeu o montante de R\$ 3.227.224,77 (três milhões, duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao Termo de Execução Descentralizada nº 01/2020, firmado com a Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL. O passivo foi reconhecido no SIAFI.
- Para fins de encerramento do exercício, foi realizado o encontro de contas entre as estimativas de IRPJ e CSLL pagas durante o exercício, registradas no ativo, e o valor da apuração anual destes tributos registrados no passivo. No SIAFI, o encontro de contas ocorreu por ocasião do pagamento destes tributos, realizado em 31/01/2022, relativos à competência de dezembro de 2021.
- Reclassificação de contas a receber para custo de licenciamento ambiental na conta Estudos e projetos do Ativo Intangível. Maiores informações constam na Nota Explicativa nº 11 – Créditos a receber.
- A diferença refere-se, basicamente, à apropriação do Direito de Uso, decorrente da adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no ativo imobilizado enquanto no SIAFI foi apropriado no

ativo intangível seguindo as situações de registro disponibilizadas pelo SIAFI e, ainda, à reclassificação mencionada na alínea "c".

- (e) Diferença referente às apropriações de despesas no exercício de 2021 pelo regime de competência, enquanto no SIAFI o registro ocorreu em 2022.
- (f) Diferença do Prejuízo Acumulado deve-se ao registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD, mencionado na alínea 'a' (R\$ 3.227.225); e aos efeitos do reconhecimento do arrendamento (R\$ 601.045) e das provisões para contingências (R\$ 291.644) no resultado da EPL no exercício de 2020, enquanto no SIAFI o registro ocorreu em 2021.
- (g) Diferença no resultado do exercício decorrente dos lançamentos apresentados nas notas acima mencionadas:

	31/12/2021
Resultado do Exercício no SIAFI	8.370.730
Efeito líquido do reconhecimento do CPC 06 no resultado	601.045
Provisão para contingência	291.644
Fornecedores	(335.825)
Demais ajustes	1.000
Resultado do Exercício	8.928.594

As diferenças acima apresentadas devem-se a contabilizações ocorridas após a data limite do fechamento contábil no âmbito do SIAFI.

Arthur Luis Pinho de Lima
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento



Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-S